

Homossexualidade: verdades e mitos

Homosexuality: truths and myths

Paulo Roberto Ceccarelli

Professor Adjunto III do Departamento de Psicologia da PUC-MG

Psicólogo, Psicanalista

Doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII

Membro da “Société de Psychanalyse Freudienne” - Paris

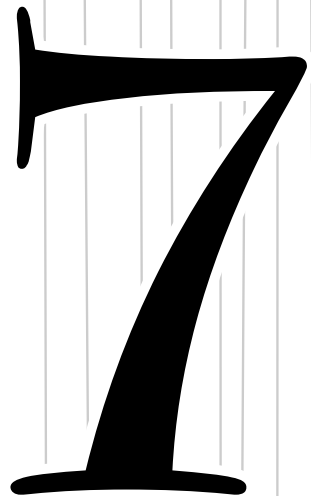
pr@ceccarelli.psc.br

Samuel Franco

Psicólogo

Especialista pela UFMG

samuelpsicologo@yahoo.com.br



Resumo

O texto discute as maneiras utilizadas pela cultura ocidental para lidar com o enigma da sexualidade humana. Partindo do princípio segundo o qual não existe uma essência da sexualidade, os autores fazem uma pequena digressão da sua construção sócio-histórica com a finalidade de debater como a cultura ocidental trabalha as manifestações da sexualidade. Para os autores, o que existem são construções conceituais e eventos que a linguagem, o simbólico, utiliza para chamar, definir e classificar tanto a sexualidade quanto as práticas sexuais. A homossexualidade é particularmente avaliada, pois os autores sustentam que ela é tributária dos códigos e valores que mantêm o imaginário ocidental. Tais códigos variam segundo as épocas e ditam diretamente o permitido, o proibido, o normal e o patológico, no que diz respeito às práticas sexuais dos indivíduos. Para abordar esse ponto, a psicanálise é convocada e as posições de Freud sobre o tema são avaliadas. Finalmente, os autores concluem que o discurso dominante cria os ideais sociais e constrói um padrão sexual “normal” na tentativa de direcionar a pulsão.

Palavras-chave: Sexualidade. Ideologia. Imaginário. Psicanálise. Controle.

Abstract

In this article the authors discuss the ways used by Occidental Culture to deal with the enigma of human sexuality. Starting from the point according to which an essence of sexuality does not exist the authors propose a small detour through the socio-historical construction of the sexuality aiming to debate how Occidental Culture deals with the manifestations of sexuality. For the authors, what does exist are conceptual constructions and events that the language, the symbolic, use to name, to define and to classify sexuality as well as its manifestations. Homosexuality is particularly evaluated for, according to the authors, it depends on the codes and values, which sustain the imaginary of Occident. Such codes, which change according to time and history, dictate what is permitted and what is prohibited, what is normal and what is pathological about the sexual practices of the individuals. To approach this point, psychoanalysis is called into the debate and Freudian's positions on the subject are evaluated. Finally, the authors conclude that dominant ideology creates the social ideals and constructs “normal” sexuality as an attempt to direct the drive.

Keywords: Sexuality. Ideology. Imaginary. Psychoanalysis. Controlling.

Um breve histórico da homossexualidade

A sexualidade sempre foi um grande enigma da humanidade e uma das mais importantes e complexas dimensões da condição humana. Sua compreensão envolve inúmeras variáveis que incluem questões morais, políticas e ideológicas. Neste texto, procuraremos fazer uma breve digressão da construção sócio-histórica da sexualidade para tentar mostrar que a maneira como a cultura ocidental lida com as manifestações da sexualidade, particularmente a homossexualidade, é tributária dos códigos e valores que sustentam o imaginário dessa cultura. Tais códigos, que variam segundo as épocas, influenciam diretamente o que é permitido, o que é proibido, o que é normal e o que é patológico, em termo das práticas sexuais dos indivíduos.

Na cultura ocidental, o termo homossexualidade deve ser compreendido, inicialmente, como uma construção social tributária do contexto histórico no qual emerge. Portanto, quando dizemos algo a respeito da homossexualidade, devemos ficar atentos para que esse termo não represente uma essência em si, mas algo próprio da construção da linguagem moral da modernidade. (COSTA, 1992). Como sabemos, na Antiguidade Clássica, assim como em muitas culturas atuais, as convicções morais, políticas e religiosas a respeito da sexualidade divergem bastante do modelo ocidental da sexualidade. Assim, sustentar a existência de uma sexualidade “natural” trans-histórica, baseada no imperativo biológico da divisão dos sexos, seria no mínimo ingênuo. Todas as ideias e termos que temos a respeito da sexualidade são sustentados pela cultura judaico-cristã que os criou. (COSTA, 1992). É importante ressaltar que toda a teorização sobre a diferença dos sexos foi construída nos séculos XVIII e XIX. Homossexualidade e heterossexualidade são, portanto, identidades socioculturais que determinam nosso agir, sentir, pensar etc., e não uma essência universal. Dessa forma, Costa (1992), retomando Ferenczi, propõe que venhamos a substituir o termo homossexualismo e homossexualidade pelo termo homoerotismo, pois abrange melhor a pluralidade das diversas práticas e desejos entre os indivíduos do mesmo sexo, evitando, assim, alusões à anomalia, à perversão ou ao desvio.

Se, como dissemos, não há uma essência da sexualidade, podemos afirmar que o que existe são construções conceituais e eventos que a linguagem, o simbólico, se utiliza para chamar, definir e classificar tanto a sexualidade quanto as práticas sexuais. Daí a impressão de que, quando discursamos sobre sexo, essa palavra, ou melhor, o(s) conceito(s) que ela define, encontra(m)-se na realidade ou na natureza das coisas que ela designa.

(NUNAN, 2003). Na sociedade contemporânea, a palavra sexo possui duas características fundamentais: a primeira é a de que o sexo é algo separado dos comportamentos sexuais dos indivíduos; a segunda, a de que o sexo é naturalmente dividido em dois: o sexo do homem e o sexo da mulher. De acordo com Nunan (2003), do ponto de vista das leis biológicas, homens e mulheres são completamente diferentes em nível sexual, porém, essa visão do sexo na teoria da bissexualidade original é uma visão recente, logo, histórica. É exatamente a partir desse conceito de bissexualidade que se fundamenta a ideia da heterossexualidade e da homossexualidade.

No ocidente, até o século XVIII, a visão científica acerca da sexualidade era concebida através de um modelo sexual único: a mulher era compreendida como sendo um homem invertido e inferior. Invertido do ponto de vista biológico, inferior do ponto de vista estético. A partir dessa teoria, a concepção científica da época afirmava que só havia um sexo. Somente a partir do corpo do homem se realizava todas as potencialidades. A diferença entre eles era percebida (de acordo com a posição social e cultural), mas não explicada pelo viés da distinção entre os sexos. Em certa medida, a posição falocêntrica de Freud dá continuidade a essa visão.

No final do século XVIII e início do século XIX, a realidade social é transformada pela revolução burguesa e pelo Iluminismo. A percepção médico-científica da anatomia feminina também é transformada devido ao aparecimento de uma nova ordem política, a partir da qual se faz necessário distinguir, em termos de oposição, homens e mulheres, fazendo aparecer, portanto, dois modelos de sexo. A distinção entre os sexos passa agora a justificar e a colocar diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos, de acordo com as exigências da sociedade burguesa. (ALBUQUERQUE, 1987). Sob o ponto de vista biológico, legitima-se assim a superioridade masculina como algo de ordem “natural”. Essa ideologia foi uma maneira nascida dos interesses dos filósofos, moralistas e políticos com a finalidade de justificar a inferioridade político-jurídico-moral da mulher, transformando-a em símbolo da delicadeza e fragilidade da vida privada e da família. Para justificar essa transformação da mulher, recorreram à questão da biologia feminina, procurando naturalizar essa “vocação” inata para os cuidados da casa e dos filhos, mantendo-a, assim, longe da esfera pública. A mulher, então, passa a ter a função de procriação, ou seja, reproduzir a população e, conseqüentemente, a força de trabalho. Nesse sentido, “a família tornava-se, [...] a célula do estado burguês”. (NUNAN, 2003, p. 29). O homem, por sua vez, passa a exercer o papel de protetor, devido à sua força física e à sua superioridade moral. Então, transforma-se em sinônimo de

altivez, enquanto a mulher, de submissão, situação que observamos até os dias atuais: a superioridade intelectual do homem e a superioridade afetiva da mulher. A partir disso, homens e mulheres começam a se distinguir radicalmente em função dos gêneros masculino e feminino. A partir do século XIX, a mulher, diante do novo modelo dos sexos, torna-se o inverso complementar do homem. Por outro lado, a categoria de inversão (agora como algo anormal, antinatural e perverso) passa a designar o homossexual.

Sua inversão será perversão porque seu corpo de homem será portador da sexualidade feminina que acabara de ser criada. O invertido apresenta um duplo desvio: sua sensibilidade nervosa e seu prazer sexual eram femininos. Seu sexo foi, por isso mesmo, definido como contrário aos interesses da reprodução biológica. (COSTA, 1995, p. 129).

De acordo com Foucault, todos os comportamentos sexuais que fogem à “lei da natureza” começam a ser estudados incansavelmente pela ciência, pois essas manifestações sexuais se apresentam à sociedade como uma ameaça ao costume moral familiar e à raça. Os indivíduos passam então a ser categorizados a partir de suas práticas sexuais. Podemos observar que até nos dias atuais a pluralidade das manifestações sexuais fica reduzida a uma dualidade categórica imperativa.

Pode-se observar que o uso dos conceitos de degeneração, instinto sexual e evolucionismo na ciência do século XIX justificava a ideologia burguesa. O homossexual no começo do século XIX se tornara um perverso, um monstro, uma anomalia. De acordo com Ariès (1985), tanto a igreja quanto a ciência buscam identificar a “deformidade física” que fazia do homossexual um homem-mulher. A homossexualidade era reconhecida no início como uma anomalia do instinto sexual causada pela degeneração ou atraso evolutivo. É importante comentar que o homossexual, em um primeiro momento, era visto como um efeminado. O indivíduo não era culpabilizado por essa “deformidade”, porém, ele era isolado e vigiado como se fosse uma mulher, pois se acreditava que o homossexual, assim como a mulher, eram seres pecaminosos que poderiam seduzir outras pessoas para o “mau caminho”. Segundo Nunan (2003), os homossexuais passam a ser enquadrados como delinquentes, juntamente com prostitutas, homicidas, doentes mentais, criminosos etc., ou seja, a conduta homossexual passa a representar uma subversão moral da sociedade burguesa.

O preconceito social que estigmatiza e rotula o homossexual até os dias de hoje é um produto da ideologia evolucionista burguesa, na qual se criou

uma crença em uma vivência sexual “normal” e “civilizada”, a partir do momento em que o sexo se transformou em elemento político e social relevante para a época. O instinto sexual ligado diretamente à palavra “sexo” passa a ter uma finalidade única. Todas as relações e condutas que fugissem a essa finalidade eram consideradas perversas e antinaturais.

A “naturalidade” do instinto sexual eram as relações entre homens e mulheres, com vistas à reprodução biológica e à manutenção da família nuclear burguesa. (NUNAN, 2003, p. 32).

A psiquiatria clássica descrevia o homossexual como um ser perverso. Sustentava, também, que a sua personalidade continha traços femininos (por ser um homem invertido), o que se manifestava na atração que os homossexuais sentem pelos homens viris. Assim, de acordo com Pollak (1985), essas classificações foram criando no imaginário social estereótipos e imagens caricaturais a respeito da homossexualidade. Costa (1995) relata que não podemos nos esquecer que todo esse rótulo (estereótipo) pertence a uma linguagem do século XIX e não a uma realidade natural e biológica. Portanto, o que entendemos sobre homossexualidade nasceu de esforços da ficção médico-literária.

É importante ressaltar que, antes do século XVIII, quando as concepções judaico-cristãs determinavam a moral sexual vigente, os homossexuais eram descritos pela igreja como sodomitas (termo bíblico que, originalmente, era utilizado para descrever qualquer relação ou ato dito “contra a natureza”, ou seja, toda manifestação sexual que não visasse à reprodução). Quanto ao homossexual, que, posteriormente, passou a ter uma fisiologia e uma psicologia particular, ele foi transformado, frente aos olhos do estado burguês, em um pederasta ou infame. (NUNAN, 2003).

O conceito de homossexual foi proposto, no século XIX, pelo médico húngaro Benkert, a fim de transferir essa manifestação da sexualidade do domínio jurídico para o médico. Entretanto, a invenção da palavra “homossexual”, de acordo com Nunan (2003), altera a ideia que se faz desses sujeitos. A palavra transforma-se em um rótulo que coloca os homossexuais na categoria de doentes psíquicos ou um mal social. Ao classificarmos o homossexualismo como doença, começam a surgir, a partir das investigações médicas, tentativas de cura, através de abstinências, hipnoses e até cirurgias. A homossexualidade, surgida na concepção médica do século XIX, integrou-se à psicologia e à psiquiatria, e o “homossexual passou a ser explicado como um produto das espécies individuais”. (NUNAN, 2003, p. 35).

O discurso médico do século XIX transformou os comportamentos sexuais em identidades sexuais. Na cultura ocidental contemporânea, essa identidade sexual tornou-se identidade social. O sujeito passa, então, a ser classificado como “normal” ou “anormal” a partir de sua manifestação, ou inclinação, sexual.

A sexualidade, que poderia representar a diversidade, acabou por se converter em um destino aprisionante, particularmente para aqueles que, tal como os homossexuais, apresentam uma sexualidade considerada desviante. (NUNAN, 2003, p. 36).

Finalmente, é curioso observar as posições abertamente machistas no discurso sobre a homossexualidade. Sobre a homossexualidade feminina, existia, na época, um silêncio no mínimo inquietante que, provavelmente, é um resquício da ideologia do século XVIII da posição inferior da mulher.

Homossexualidade e psicanálise

Como sabemos, a sexualidade ocupa um lugar central na obra freudiana. No que diz respeito à homossexualidade, as posições de Freud foram fundamentais para a despatogenização dessa manifestação da sexualidade, além de promover um questionamento da moral sexual de sua época. Seus principais trabalhos que debatem sobre a questão homossexual são: *Os três ensaios sobre a sexualidade* (1905), *O caso Schreber* (1911), *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância* (1911) e *Psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher* (1920).

Podemos observar, através de seus escritos, que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são resultados de caminhos pulsionais, fazendo com que uma seja tão legítima quanto a outra. Segundo Freud, é a partir do complexo de Édipo, baseado na bissexualidade original, que a “escolha do objeto” vai constituir-se, pois em todos os seres humanos desde o início da vida encontramos, ainda que no inconsciente, investimentos libidinais homossexuais e heterossexuais. Para Freud (1976a), os homossexuais não possuem nenhuma qualidade especial que os torne um grupo à parte do resto da humanidade. Na perspectiva da psicanálise, desde a infância, nos estágios primitivos da sociedade e nos primeiros períodos da história, a escolha do objeto recai igualmente em objetos femininos e masculinos, desenvolvendo-se tanto os tipos normais quanto os invertidos. Além disso, em uma nota acrescentada a *Os três ensaios*, em 1915, Freud (1976a, p. 146) afirma que “o interesse sexual exclusivo de homens por mulheres também constitui um

problema que precisa ser elucidado, pois não é fato evidente em si mesmo, baseado em uma atração afinal de natureza química” (*chemische Anziehung*).

De qualquer forma, o interesse de Freud parece centrar-se menos no problema da homossexualidade em si do que na elucidação dos caminhos pulsionais que levam às escolhas objetais:

Não compete à psicanálise solucionar o problema do homossexualismo. Ela deve contentar-se com revelar os mecanismos psíquicos que culminaram na determinação da escolha de objeto, e remontar os caminhos que levam deles até as disposições instintivas. (FREUD, 1976b, p. 211).

No artigo “Sexualidade e preconceito”, Ceccarelli (2000) observa que a genialidade de Freud foi afirmar que as tendências perversas, catalogadas e inventariadas pelos psicopatólogos daquela época como “aberrações humanas”, eram ingredientes da psicosssexualidade, estando, inclusive, presentes na sexualidade infantil, a qual é definida como “polimorficamente perversa”. Subjugada às leis da linguagem e à dimensão do desejo, a sexualidade foge a qualquer tentativa de normalização, contrariando, assim, tanto a moralidade sexual quanto a opinião popular, ambas tributárias da biologia e da religião. No ser humano, a sexualidade não tem finalidade única, tampouco objeto fixo. Ou seja, ela não está atrelada, como nos animais, a determinações instintuais. O objeto da pulsão, diversificado e anárquico, manifesta-se de formas variadas: oral, anal, vocal, sádica, masoquista... De acordo com Ceccarelli (2000, p. 29), a sexualidade humana é, em si, perversa, pois,

ao buscar o prazer, a sexualidade escapa à ordem da natureza e age a serviço próprio, “pervertendo”, assim, seu suposto objetivo natural: a procriação. [...] Nesta perspectiva, a sexualidade é contra a natureza; ou seja, em se tratando de sexualidade, não existe uma “natureza humana”.

As posições de Freud sobre a homossexualidade não eram apenas teóricas: Freud as sustentava na prática. (CECCARELLI, 2008). A opinião desse estudioso, publicada no jornal vienense *Die Zeit* a respeito de um escândalo envolvendo uma personalidade acusada de práticas homossexuais, não é sem consequências. Nela, Freud declara que a homossexualidade não releva do âmbito jurídico e, mais ainda, que os homossexuais não devem ser tratados como doentes; portanto, se a homossexualidade for uma doença, teremos de qualificar de doentes grandes pensadores que admiramos. Há também a carta de Ernest Jones enviada a Freud em 1921 sobre o pedido de admissão de um jovem homossexual à sociedade psicanalítica. Jones é contra

a admissão. Freud discorda de Jones e afirma que a admissão, ou não, do candidato dependerá exclusivamente da análise de suas qualidades.

O que podemos evidenciar mediante o que foi dito acima é que a questão das “sexualidades desviantes” é um problema que está intimamente ligado a como o imaginário da cultura ocidental lida com a sexualidade. Em toda e qualquer cultura, boa parte da noção de “normal” e de “patológico” está em relação direta com o seu imaginário. Na cultura ocidental, é no imaginário judaico-cristão, cujas origens remontam aos mitos fundadores que o sustentam, que encontramos as bases daquilo que a cultura considera “normal” e, por conseguinte, “desvio”.

Sem dúvida, um dos pontos de ruptura da teoria psicanalítica que até hoje, e talvez ainda por muito tempo, é problemático para a cultura ocidental é a questão da sexualidade. A despeito de tanta “evolução”, a sexualidade continua a ser um grande tabu. Nesse sentido, o texto de Freud (1889), *A sexualidade na etiologia das neuroses*, escrito há mais de 100 anos, é de uma atualidade desconcertante. Por outro lado, embora muito já tenha sido dito e escrito sobre o impacto produzido pela publicação de *Os três ensaios*, o assunto é geralmente debatido, conforme já o dissemos, em relação às revolucionárias posições freudianas a respeito da sexualidade. Acreditamos, entretanto, que a ruptura mais importante trazida por esse texto fundador ainda não foi suficientemente avaliada. Trata-se da desconstrução do imaginário judaico-cristão produzida pelos postulados freudianos. (CECCARELLI, 2007). Nossas referências mais caras sobre a sexualidade, assim como nossas posições morais e éticas, são baseadas no sistema de valores judaico-cristão que são historicamente construídos. Na cultura ocidental, esses valores funcionam como referências identitárias que organizam nosso cotidiano e explicam a origem do mundo e como ele deve funcionar segundo a vontade de Deus: eles são nossa mitologia. Baseado nessa mitologia, o desejo sexual espontâneo é prova e castigo do pecado original – a concupiscência: o homem é fruto do pecado – e a única forma de sexualidade aceita para a procriação é a heterossexual. (RANKE-HEINEMANN, 1996). Ao postular, como vimos, que a sexualidade humana age a serviço próprio, Freud destrói o sistema de pensamento que sustenta a crença de uma “natureza humana”.

Considerações finais

Mesmo que o “mundo natural” seja igual para todos, cada cultura, cada sociedade, irá interpretá-lo de acordo com o sistema simbólico que a rege. Vivemos nossa sexualidade conforme os parâmetros ideológicos, morais e

políticos criados pela cultura na qual estamos inseridos. Por sermos dirigidos por convenções sócio-históricas, percebemos a sexualidade como inata, pronta, que transcende o humano, o tempo, a linguagem e a história, válida desde sempre para todos os sujeitos. A crença em uma sexualidade normal e natural nos leva a uma intolerância contra comportamentos sexuais que fogem a essa ordem, pois abalam nossas verdades. Legitimar o comportamento sexual do outro diferente é afirmar que não existe uma verdade absoluta, mas sim a de cada um, o que mostra que nossos referenciais são construções simbólicas de um tempo histórico e de uma cultura determinada.

A homossexualidade é uma construção de um discurso social sedimentado nas referências simbólicas que ditam os parâmetros sexuais de normalidade, levando à exclusão do sujeito homossexual no discurso dominante de uma dada cultura por seu comportamento ser “desviante”.

Compreendendo que os comportamentos da sexualidade humana são criados e não inatos, é necessário entender e considerar a particularidade da história de cada um na origem de sua solução sexual. Ao se considerar que cada sujeito tem uma história, nota-se que é marcada por identificações sucessivas, resultado de investimentos libidinais em diferentes registros.

Como no inconsciente não existe uma demarcação simbólica e temporal, não há uma sexualidade natural e muito menos normal, mas sim moções pulsionais que se deslocam, manifestando uma pluralidade de expressões da sexualidade. Portanto, não existe uma única maneira certa de vivenciar a sexualidade.

O discurso dominante cria os ideais sociais, construindo um padrão sexual “normal” na tentativa de direcionar a pulsão, o que não deixa de ser uma forma de controle. A psicanálise vem mostrar que a sexualidade não é algo inato, pois, falando de pulsão, não existe natureza humana. Assim, faz-se necessária a compreensão da dinâmica que subjaz as diferentes orientações sexuais.

Referências

- AIRÈS, P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: AIRÈS, P; BEJIN, A. (Org.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. *Gênero, sexualidade e sexo: três dimensões da diferenciação sexual*. Rio de Janeiro: Taurus, 1987.
- CECCARELLI, P. R. Sexualidade e preconceito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 18-37, set. 2000.
- CECCARELLI, P. R. As bases mitológicas da normalidade. *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology*. 2004. Disponível em: <<http://fundamentalpsychopathology.org/br/revista-artigos-textos.php?id=12>>. Acesso em: 13 jul. 2006.
- CECCARELLI, P. R. Mitologia e processos identificatórios. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 179-193, 2007.
- CECCARELLI, P. R. A invenção da homossexualidade. *Revista Psychê*, 2008. No prelo.
- COSTA, J. F. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- COSTA, J. F. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In: FREUD, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976a v. 7.
- FREUD, S. A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. In: FREUD, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976b. v. 18.
- NUNAN, A. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.
- POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto? In: AIRÈS, P; BEJIN, A. (Org.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RANKE-HEINEMANN, U. *Eunucos pelo Reino de Deus*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

